

Projetos Agroambientais em Terras Indígenas: Perspectivas Atuais sob a Ótica do Etnodesenvolvimento

Agro-environmental Projects in Indian Lands: Current Perspectives from the Viewpoint of the Ethnodevelopment

COSTA, Renata Maria Guerreiro Fontoura. UFSCar, renatamariaohm@yahoo.com.br.

Resumo

A preocupação com o uso de recursos naturais em Terras Indígenas vem ganhando ênfase diante dos desafios em busca da sustentabilidade territorial. O objetivo dessa pesquisa é contextualizar projetos de cunho agroambiental que vem sendo desenvolvidos nesse panorama nas últimas décadas, procurando discutir de que forma este processo vem ocorrendo os diferentes atores sociais, organizações e políticas envolvidas. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica sobre o tema e entrevista. A partir da Constituição de 1988 os indígenas passam a ter seus direitos reconhecidos, juntamente com a crescente organização da sociedade civil. Hoje temos vários projetos de cunho agroambiental sendo realizados por diversas instâncias no Brasil, que se tornam cada vez mais indispensáveis para a consolidação desses povos em seus territórios, mas que ainda encontram muitos desafios a trilhar, sendo alguns deles levar em conta as demandas específicas dos povos em questão.

Palavras-chave: Educação agroambiental, indigenismo, educação intercultural indígena.

Abstract

The concern with the use of natural resources in indian lands has been gaining attention in the face of the challenges in pursuit of territorial sustainability. The purpose of this study is to contextualize agro-environmental projects being developed in this context in recent decades, seeking to discuss how this process has occurred, the different social actors, organizations and policies involved. The methodology was to review literature on the topic and interview. From the Constitution of 1988 the Indians have had their rights recognized, along with the growing civil society organization. Today we have several agro-environmental projects being made by various bodies in Brazil, which become increasingly essential to the consolidation of these peoples in their territories, but still are many challenges to walk, some of them take into account the specific demands of peoples concerned.

Keywords: *Agro-environmental education, indigenism, intercultural education.*

Introdução

A presente pesquisa se apresenta com o intuito de levantar questões acerca da educação intercultural referente aos projetos agroambientais em Terras Indígenas. Portanto, este estudo está focado a partir da década de setenta do século XX, principalmente, onde já temos a transferência do antigo órgão responsável pela questão indígena no país, Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), criado em 1910, posteriormente em 1918 transformado no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), para a Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1967.

Atualmente os projetos nas aldeias se apresentam em sua grande parte na ótica do etnodesenvolvimento ou do desenvolvimento sustentável, construídos segundo nossos olhares. Assim, os órgãos proponentes se esforçam para mudar a ótica dos projetos, antes somente “projetos de desenvolvimento”.

Resumos do VI CBA e II CLAA

Entretanto, para Luciano (2005, p. 94) o avanço ainda é pequeno, e na maioria das vezes os projetos que estão sendo executados nas aldeias acabam muitas vezes tendo caráter paternalista, assistencialista, imediatista e clientelista. Nos últimos anos, em contraponto a essas práticas, os indígenas têm experimentado alguns projetos de caráter “experiência-piloto”, que tem sido importantes e muito significantes para eles, porém ainda incipientes a tal ponto de reverter estas práticas há séculos arraigadas na relação entre nossa sociedade com os povos.

Para que alcancem a chamada “autonomia indígena” e a “sustentabilidade territorial”, a quantidade de projetos imbuídos dessa preocupação tem crescido e assumido uma dimensão cada vez maior. São várias as fontes de financiamento de diversas origens, governamentais e não-governamentais, com resultados já avaliados nos últimos anos, e por isso a importância de levantar questões referentes a esse tema tão recente e tão antigo ao mesmo tempo, já que os indígenas manejam os ecossistemas há séculos, porém os estudiosos dos povos indígenas somente há pouco passam a dar a relevância necessária para essas questões.

Metodologia

O interesse para o desenvolvimento desse estudo surgiu a partir de minha experiência profissional em organizações do terceiro setor que executam projetos de cunho agroambiental em Terras Indígenas, aliado ao desenvolvimento de monografia do curso de Especialização em Indigenismo e Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), protagonizado pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS).

Em termos metodológicos, esta pesquisa está alicerçada principalmente sobre a revisão bibliográfica realizada em relação ao tema em questão. A pesquisa foi feita em livros, periódicos, artigos, teses, dissertações e sites na internet das organizações que abordam o assunto.

Também, parte integrante deste estudo, foi realizada uma entrevista com Telmo Ribeiro Paulino Makuxi, coordenador do Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia (Copiam).

Resultados e discussões

Para entendermos como estão sendo gerados e executados projetos de cunho agroambiental em Terras Indígenas, é necessário contextualizarmos questões referentes à educação escolar nas Terras Indígenas, os projetos que hoje estão sendo executados por diversas organizações e também o enfoque adotado sob a ótica do etnodesenvolvimento.

Ainda hoje predomina uma concepção institucional e formalizada da Educação Intercultural Bilingüe: fundar escolas, formar ou reciclar professores, fazer programas, publicar textos pedagógicos, desenhar metodologias, e inclusive ganhar batalhas perante as autoridades nacionais, para essa iniciativa. Estas ações são fundamentais, e ainda falta muito para cumprir com todas elas, até mesmo nos lugares mais favoráveis. Porém, há muitos outros problemas a serem enfrentados. A educação na infância pertence à família, sendo este o período em que a criança está a todo o momento aprendendo a viver como os seus pais e demais familiares, adquirindo hábitos culturais e compreendendo o universo das relações no seu cotidiano (Mosonyi 1996 apud Silva 1999, p. 68).

A dimensão citada pela autora acima é extremamente importante, porém ainda muito negligenciada dentro dos aspectos da educação indígena. O ser indígena se constitui no dia-dia, nas suas relações com os familiares, onde aprende, desde muito pequeno, como viver e lidar naquele ambiente, os valores espirituais, e assim por diante. Esses elementos não se aprendem na escola, e sim durante a infância e adolescência do indivíduo nas relações familiares e sociais. O grande desafio é trazer esses elementos como base para os temas transversais que devem ser

Resumos do VI CBA e II CLAA

trabalhados no âmbito da educação indígena, dentre eles os que se referem a práticas agrícolas sustentáveis, e outros que busquem a sustentabilidade territorial, objetivando o etnodesenvolvimento. Portanto, faz-se necessário a construção de um sistema complementar. Apesar da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação permitir a transversalidade, os conteúdos programáticos tomam quase todo tempo das aulas e acaba não sobrando espaço para as discussões que concernem às questões acima citadas.

O etnodesenvolvimento está diretamente ligado às questões relativas à segurança alimentar e nutricional. Como pensar em autonomia de um povo, se não pensarmos nesta questão fundamental do ser humano, que é uma alimentação digna, ou seja, ter acesso a alimentos de qualidade e que respeitem a cultura alimentar de cada um? Este fator é fundamental, assim como uma moradia adequada e a possibilidade de viver a vida na sua plenitude, de acordo com seus costumes, baseados no respeito e na ética entre as diferentes sociedades.

De acordo com Monte (2003, apud FRESCHI 2004), a partir da década de setenta a dimensão de uma educação intercultural e a territorial passam a ser incorporadas na reconstrução das identidades indígenas. Passam então a ser desenvolvidos princípios, conceitos e práticas da educação intercultural bilíngüe, pelos quais as sociedades indígenas buscam dispositivos para sua participação na definição e execução de projetos de desenvolvimento no sentido mais amplo. Neste contexto, dentro das Terras Indígenas, temos hoje uma grande gama de projetos sendo gerenciados por diversos atores e instâncias no país. Como exemplo, podemos citar as seguintes organizações e povos envolvidos com programas e projetos dentro da temática mencionada: Instituto Socioambiental (ISA), Programa Ambiental da Comissão Pró-Yanomami (CCPY), Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Comissão Pró-Índio (CPI) do Acre, Escola Agroambiental da União das Aldeias Krahô (Kàpey), Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (Iepé), entre outros.

Luciano (2005), enfatiza que a necessidade de assistência técnica é, sem dúvida, consequência dos problemas gerados pelo contato com as sociedades nacionais. Segundo ele:

Quanto mais intenso e longo o contato, maior a dependência das novas tecnologias. Em muitos casos, o domínio dessas novas tecnologias ainda é um mistério distante e poderoso que seduz muitos povos, sendo este, em nossa opinião, o principal desafio para a assistência técnica entendida como a necessidade de aplicação de novas técnicas com o objetivo de melhorar as atividades produtivas e reprodutivas das comunidades indígenas. Trata-se do desafio de tratar a lógica de um modelo de desenvolvimento econômico na perspectiva de diversas dinâmicas dos projetos de vida dos povos indígenas.

Makuxi (2009) enfatiza que os programas devem ter a participação direta dos povos indígenas na construção, tem de ser construído pelos povos indígenas e encaminhado aos órgãos financiadores, pois há indígenas capacitados que podem discutir e apresentar a esses órgãos e não eles trazerem pronto.

Conclusões

Ao falarmos especificamente dos projetos de cunho agroambiental nas aldeias, vemos a crescente demanda por essa temática, pois com a atual política de demarcação de Terras Indígenas e o confinamento territorial que assim muitos povos acabam sofrendo, o desenvolvimento de projetos que venham minimizar os impactos dessa realidade é fundamental, além de inúmeras outras realidades que os indígenas hoje enfrentam para conquistar ou manter minimamente seu espaço frente à disputa territorial entre diversos setores da sociedade.

Resumos do VI CBA e II CLAA

Entretanto, ainda temos muitos desafios pela frente rumo ao protagonismo indígena. Hoje temos várias experiências acumuladas nestas duas últimas décadas em projetos que tem como premissa serem participativos e pautados na interculturalidade, e talvez encontremos mais erros do que acertos, e aí reside o desafio, construir em cima destas experiências.

Desta maneira, o investimento em ações e políticas públicas que busquem de fato o protagonismo indígena, alicerçadas em programas que tem como objetivo trabalhar dentro da realidade regional de cada etnia, na perspectiva da educação intercultural e transversal, abordando temas como a segurança alimentar, educação agroambiental, sustentabilidade territorial, defesa dos territórios e alternativas econômicas sustentáveis, são urgentes e necessárias.

Entretanto, para que se alcancem esses objetivos, é necessário estarmos atentos a adequação dos projetos indígenas, levando em conta o modo como esses povos já vem lidando e acumulando experiências a respeito desses temas. A adequação dos programas voltados para os povos indígenas e também das próprias organizações indígenas é fundamental para que obtenhamos resultados concretos. Há necessidade então de que as políticas públicas de fato dêem suporte a uma formação continuada neste processo, pois o que vemos são uma alta rotatividade de projetos e organizações envolvidas, muitas vezes não dando continuidade as ações, e assim em grande parte do tempo deixando a desejar quanto aos objetivos almejados inicialmente.

Assegurar e lutar pelos direitos conquistados até agora é fundamental, e mais do que isso, faz-se necessário um esforço entre os povos indígenas e seus aliados na construção e reformulação do indigenismo atual, na busca crescente pelo respeito entre os povos e para a consolidação de uma sociedade de fato pluriétnica.

Referências

FRESCHI, J.M. *Autoria, interculturalidade e conhecimentos etnoecológicos: o caso dos agentes agroflorestais indígenas do Acre*. 2004. 169 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

LUCIANO, G.S. (2005). Um "olhar indígena" sobre assistência técnica e extensão rural. In: VERDUM, R. (org.). *Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento indígena: possibilidades e desafios para as políticas públicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 79-102p.

MAKUXI, T.R.P. *Envio de história* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <renatamariaohm@yahoo.com.br>, em 07 mar. 2009.

SILVA, R.H.D. *A autonomia como valor e articulação das possibilidades: O movimento dos professores indígenas do Amazonas, de Roraima e do Acre e a construção de uma política de educação escolar indígena*. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 49, 1999.